

# A ética deve ser exercida sempre

» ISAAC ROITMAN

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB), pesquisador emérito do CNPq e membro da Academia Brasileira de Ciências e membro do Movimento 2022 – 2030 O Brasil e o mundo que queremos

A palavra ética é derivada do grego e significa modo de ser. Ela é confundida com frequência com a lei que tem como base princípios éticos. Ela é também relacionada com a moral, mas são diferentes. A moral se fundamenta na obediência a normas, costumes ou mandamentos culturais, hierárquicos ou religiosos; e a ética busca fundamentar o modo de viver e ser. Leonard Boff define a ética como parte da filosofia, e uma pessoa ética quando ela se orienta por princípios e convicções, o que a define como bom caráter e boa índole. Não se exerce a cidadania sem ética e não se exerce a cidadania sem começar de si mesmo.

A ética é transversal para todas as áreas de conhecimento, por exemplo, na economia. Segundo Charles K. Wilber, a economia e a ética estão relacionadas, pois os economistas (teóricos e os construtores de políticas) e os atores econômicos (produtores, consumidores e trabalhadores) seguem princípios éticos que moldam os seus comportamentos. Se só existisse um ser humano no planeta, não existiria a questão ética, porque ela é a regulação da conduta, da vida coletiva. A ética pode, e deve, ser utilizada como tema na educação formal e informal. Ela deve ser semeada nos primeiros anos de vida e deve permear e se consolidar na educação básica e superior.

Um dos mais importantes objetivos da educação é a de formar cidadãos utilizando como conteúdos

assuntos que estejam relacionados com as questões sociais que marcam cada momento histórico, para que os estudantes possam exercer seus direitos e deveres. A falta de ética na sociedade dificulta as relações profissionais e pessoais, causando um comportamento social inadequado. Dessa forma, a ética e a responsabilidade social são pilares na educação. Ao mesmo tempo, ela é a bússola para descobrirmos os caminhos que nos conduzem a uma vida virtuosa. Nessa ótica, podemos minimizar ou eliminar problemas como corrupção, violência, preconceitos, segregação social, práticas contrárias à igualdade, conflitos entre classes e etnia, violências contra as mulheres, gravidez precoce, suicídios, guerras e nossa relação e respeito à natureza.

A incorporação de princípios éticos é construída por uma forte parceria entre a escola com a família e com os meios de comunicação e deve ser iniciada na primeira infância (0 a 6 anos). Quanto mais cedo o ser humano refletir sobre a ética, mais cedo iniciará o seu amadurecimento e estará mais preparado para enfrentar as questões do convívio social no dia a dia. Ouvimos, a toda hora, que, atualmente, muitos problemas que o Brasil enfrenta são resultado de que os representantes da população no governo deveriam cuidar dos interesses do povo, mas em muitos casos, aprovam decisões em benefício próprio ou aos interesses de oligarquias que representam. No entanto, essa realidade não é exclusividade

dos políticos, sendo um comportamento cultural “levar vantagem em tudo”. Sendo assim, uma das formas de provocar mudanças na formação dos cidadãos é inserir, desde cedo, noções éticas na rotina escolar das crianças.

Assistimos perplexos a um distanciamento cada vez maior entre educação e formação. Crianças e adolescentes recebem oceanos de informações prontas, desconexas e, muitas vezes, inúteis, que são incapazes de processar e integrar em um projeto de crescimento em conhecimento e sabedoria. A informação, por si só, não é formação, a ética, é. Na grave crise sanitária devido à pandemia, tivemos a necessidade de responder urgentemente às necessidades da sociedade, os riscos de perda de valores éticos, principalmente a corrupção, aumentaram. As insanidades cometidas literalmente tiraram o oxigênio das pessoas.

Estamos em uma encruzilhada histórica em que podemos agravar as injustiças sociais, a crise climática e as guerras ou aproveitar este momento de grandes transformações para atacar os problemas pela raiz. Essas transformações devem ser feitas com total transparência, em nome do bem comum, tendo como pano de fundo uma ética compatível com um avanço civilizatório, e ela considerada como valor essencial. É pertinente lembrar o pensamento de Mario Sergio Cortella: “É necessário cuidar da ética para não anestesiarmos a nossa consciência e começarmos a achar que tudo é normal”.

## Aposto nos cassinos

» SILVESTRE GORGULHO

Jornalista e ex-secretário de Estado de Cultura e de Comunicação de Brasília

Jogo de azar, estou fora. Sou dos poucos brasileiros que nunca jogou na Loteria Esportiva e na Mega-Sena. Nem nos jogos de internet, sempre em “sites” estrangeiros, que não têm a quem reclamar. Mas recomendo que o Brasil seja aberto aos cassinos.

Vamos voltar no tempo. Em 30 de abril de 1946, às 23 horas, José Caribé da Rocha, diretor do Cassino Copacabana Palace, dirigiu-se com passos firmes até a mesa de roleta, cercada de apostadores. Pediu silêncio. Com a voz embargada, em tom solene, proclamou: “Senhoras e senhores, façam suas apostas para a última rodada de roleta no Brasil”. Caribé gira o cilindro, solta a bolinha de marfim e, tomado pela emoção, canta: “Preto, 31”.

E o futuro se complicou para mais de 60 mil funcionários diretos e muitos artistas dos 71 grandes cassinos brasileiros que funcionavam dentro da legalidade. Após a proibição, a totalidade dos turistas estrangeiros que costumava vir ao Brasil para aproveitar os cassinos, os shows de entretenimento e as praias, rumou para países vizinhos, como Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile, ou, até mesmo, para Las Vegas. E os brasileiros seguiram o mesmo roteiro.

É bom lembrar. Os cassinos chegaram ao Brasil durante o Império. Tinham a aprovação de D. Pedro II. Passaram para a clandestinidade em 1917, depois de consolidada a República. Liberados em 1934 por Getúlio Vargas, eram fábricas de sucesso.

Por que o Brasil não pode plantar no semiárido a sua Las Vegas? A cidade, em Nevada, é polo de desenvolvimento e colhe, hoje, turismo, tecnologia, cultura e lazer em pleno deserto de Mojave. E não foi o governo que fez. O governo apenas liberou para a iniciativa privada fazer.

No Deserto de Mojave, chove menos que na região mais árida do nordeste brasileiro. Tem apenas o Lago Mead, que abastece a cidade. E, em Las Vegas, a impressão que se tem é que reina o desperdício de luz, de água, de tudo.

Sou a favor de se liberar imediatamente a construção de cassinos no Brasil com a seguinte condição: definir uma área dentro do polígono das secas, no coração do sertão, onde o IDH for mais baixo. Uma área (estudos técnicos e políticos irão estabelecer) de mais ou menos 25 mil km<sup>2</sup>. Pouco maior que Sergipe. As justificativas são muitas, e as consequências, imediatas. Entre elas:

O mercado do jogo vai buscar as soluções tecnológicas para cumprir todas as metas. A tecnologia resolve a questão da água, condições do clima, construção de hotéis, casas de shows, aeroportos e estradas. Nasceria uma infraestrutura de crescimento onde o ambiente é hostil e adverso.

No lugar de receber Bolsa Família, a população receberia emprego e oportunidades de melhor qualidade de vida pela construção de escolas, universidades, hospitais, bancos, empresas de turismo, comércio, igrejas, shoppings, estações de tevê e rádios, centro de convenções e restaurantes.

Uma região extremamente improdutiva e com sérios problemas sociais renasceria no oásis de uma economia de mercado voltada para o turismo e o entretenimento.

Uma ação revertida. Seria como a volta da *Asa branca*, de Luis Gonzaga. Além de estancar o êxodo para as capitais dos estados, haveria oportunidade de retorno para o sertão. O movimento provocaria o esvaziamento das grandes metrópoles do Nordeste e Sudeste para as oportunidades advindas da construção de cidades-cassinos na região. É a oportunidade do retorno para o sertão com emprego e dignidade.

Nascerá um movimento para agregar valores. Hoje, não existe mais a figura do jogador que aposta US\$ 100 mil em uma noite. Las Vegas ensina que 90% do movimento dos cassinos vêm dos caça-níqueis, da apresentação de grandes espetáculos, shows, lançamentos de produtos, turismo de ocasião, feiras, conferências e negócios variados de cultura e lazer.

Perfeita extensão turística. Além da atração dos cassinos, as praias nordestinas, as cidades históricas e os parques nacionais e estaduais iriam lucrar com a força do turismo. O semiárido nordestino é rico em diversidade biológica e cultural. Verdadeiras joias da natureza estão prontas para receber visitantes. Estão na região o Parque Nacional da Serra das Capivaras, em São Raimundo Nonato, no Piauí; o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em Barreirinhas; o Parque Nacional de Sete Cidades, situado na parte nordeste do Piauí, abrangendo os municípios de Piracuruca e Piripiri; o Parque Nacional de Ubajara, que é o menor dos parques nacionais, cuja maior atração são as grutas, na Serra de Ibiapaba, noroeste do Ceará.

O Senado deve votar a abertura dos jogos, cujo projeto de lei foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A verdade é simples: um mercado bem regulado e bem fiscalizado é preferível à situação atual. Na prática, o Brasil tem uma proibição que nunca funcionou. Seria salutar ver os cassinos como vetor eficaz de desenvolvimento para a região mais pobre do Brasil. Nessa ideia, eu aposto.



## No xadrez da transição energética, seremos dama ou peão?

» ARNALDO JARDIM

Deputado federal pelo Cidadania de São Paulo, diretor da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMIn) e presidente da Comissão Especial da Transição Energética e Produção do Hidrogênio Verde (Ceenergia)

No tabuleiro global da transição energética, o Brasil tem as peças certas, mas enfrenta um jogo complexo de desafios e oportunidades. Com um subsolo rico em minerais estratégicos e um vasto potencial de energia renovável, o país tem tudo para ser um líder na mudança para uma matriz energética mais verde. No entanto, obstáculos regulatórios e fiscais ameaçam essa trajetória promissora.

Nas reuniões da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, buscamos soluções para que o Brasil se destaque no cenário da transição energética. Temos um subsolo rico em minerais estratégicos essenciais, como nióbio, lítio, grafite, terras raras, entre outros, fundamentais para a fabricação de baterias, turbinas eólicas e novas tecnologias verdes. Somado a isso, temos um parque hidrelétrico bem estruturado, um imenso potencial de energia solar e eólica, bem como um ambiente geopolítico estável, sem conflitos bélicos ou desastres naturais de grande escala.

A realidade, entretanto, apresenta-se desafiadora. A recente Reforma Tributária introduziu o imposto seletivo sobre a mineração e temos, agora, o risco de aumento da carga tributária do setor. Isso representa uma ameaça direta à competitividade

global dos produtos e insumos brasileiros, podendo desencadear a fuga de investimentos, impactar a segurança jurídica dos negócios, aumentar os custos de produção e, consequentemente, elevar os preços para os consumidores. Além disso, a alta carga tributária continua representando uma barreira significativa. São necessários incentivos adequados e legislações mais coerentes, capazes de garantir segurança jurídica para a indústria, de modo que nossos insumos e produtos minerais sejam mais competitivos no mercado internacional.

Outro desafio é a falta de conhecimento de todo o potencial mineral do país, sendo preciso mais investimentos em mapeamento geológico em todas as escalas. Essa medida é importante não só para as estratégias econômicas, mas para o planejamento urbano, a gestão ambiental e, principalmente, para garantir a segurança e soberania nacional. Medidas de estímulo ao financiamento da pesquisa mineral são fundamentais se almejamos não apenas extrair seus recursos, mas transformá-los em produtos de alto valor agregado.

Nesse sentido, a Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMIn) lançou a campanha #ANMForteJá, pelo fortalecimento e estruturação da Agência Nacional de Mineração (ANM). Com um

deficit de mais de 1.400 servidores e um orçamento aquém de suas necessidades, ainda falta muito para termos uma ANM com capacidade de contribuir com a transição energética. Além de travar o desenvolvimento da mineração, o fortalecimento é vital para a regulação e a fiscalização eficiente do setor.

A mais recente ação da FPMIn para alavancar a produção mineral do Brasil será a realização do seminário Minerais Críticos e Estratégicos: Desafios e Fomento à Produção, marcado para hoje, em parceria com a Comissão Especial da Transição Energética e Produção do Hidrogênio Verde (Ceenergia), que terá a participação de representantes da academia, do Poder Executivo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do setor produtivo.

É preciso agir com assertividade no momento de mudanças climáticas que o mundo atravessa. A mineração sustentável emerge não como uma jogada opcional, mas como um movimento essencial, sem o qual não é possível assumir um papel de protagonismo. Nesse jogo, a vitória será medida pela capacidade de transformar potencial em ação concreta, avançando, passo a passo, em direção a um legado de inovação e sustentabilidade.